



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

**EDITAL DO PREGÃO N.º 04/20– ELETRÔNICO
(PROCESSO SEI 0025118-90.2019.6.17.8000)**

A União, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco**, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei n.º 10.520/02, dos Decretos n.ºs 3.555/00, 8.538/15 e **10.024/19**, da Lei Complementar n.º 123/06, e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666/93, consoante as condições e especificações estatuídas neste Edital e anexos.

DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 03/03/2020

Hora: 09h00 - horário de Brasília/DF

Endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br

Telefones: (81) 3194.9283 - CPL / (81) 3194.9285 – CPL

Local: Av. Governador Agamenon Magalhães, n.º 1.160, 4.º andar, sala da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, Graças, Recife/PE, CEP 52.010-904

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação visa à **aquisição de Material de Acondicionamento e Embalagem; Material de Cama, Mesa e Banho; Material de Limpeza e Higienização; Uniformes, Tecidos e Aviamentos; Material de Copa e Cozinha; Material para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações; Material para Manutenção de Bens Móveis; Ferramentas; Material de Proteção e Segurança; e Material de Sinalização Visual**, de acordo com as especificações técnicas e as condições constantes do Termo de Referência (**ANEXO ÚNICO**) deste Edital.

1.2 - O objeto deste Edital poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93. A supressão poderá exceder esse limite, nos casos de acordo celebrado entre os contratantes, segundo dispõe o art. 65, § 2º, II, da Lei n.º 8.666/93.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DE CREDENCIAMENTO

2.1 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que:

2.1.1 - estiverem devidamente **cadastradas** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **Sicaf, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI**, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de acordo com o **art. 9º, do Decreto nº 10.024/19;**

2.1.2 - manifestarem o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital, em campo próprio do sistema eletrônico, bem como que a proposta está em conformidade com o exigido no instrumento convocatório;

2.1.3 - remeterem eletronicamente a proposta com a descrição do objeto e o preço ofertado até, no máximo, a hora marcada para o início da sessão pública, indicada no preâmbulo deste Edital;

2.1.4 - responsabilizarem-se, exclusivamente, por todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação da proposta, e, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública;

2.1.5 - acompanharem as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório. Será de sua responsabilidade o ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

2.2 - As microempresas e as empresas de pequeno porte, que desejarem participar do certame com os benefícios da LC n.º 123/06, deverão manifestar sua intenção em campo próprio do sistema eletrônico.

2.3 - Para participar do Pregão Eletrônico, a licitante deverá ainda se **CRENCIAR** perante o provedor do sistema do Pregão Eletrônico, através do sítio www.comprasnet.gov.br.

2.3.1 - O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.3.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante. Ao provedor do sistema ou ao TRE/PE não compete a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que provocados por terceiros.

2.4.1 - A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo, ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.5 - Não será admitida a participação de empresas:

2.5.1 - em processo de liquidação, dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, fusão, cisão ou incorporação;

2.5.2 - que estejam com o direito de licitar e contratar com o TRE/PE suspenso, durante o prazo da sanção aplicada;

2.5.3 - que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.5.4 - que estejam impedidas de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

2.5.5 - reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.5.6 - estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

2.5.7 - cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta licitação;

2.5.8 - sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

3.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

3.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

3.4 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

3.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.6 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

3.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.8 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

3.9 - Os licitantes deverão declarar, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de suas propostas com as exigências do edital.

4 - DA PROPOSTA

4.1 - A proposta, a ser encaminhada **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, até as **09h00 do dia 03 de março de 2020 (horário de Brasília/DF)**, deverá conter:

4.1.1 - a especificação do objeto no campo **“DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”**, conforme disposto no Termo de Referência (ANEXO ÚNICO);

4.1.2 - o **PREÇO GLOBAL POR ITEM, ofertado em moeda corrente nacional**, no qual se presume estarem inclusos todos os custos que incorram ou venham a incorrer sobre o objeto licitado, inclusive impostos, taxas, fretes, encargos sociais, fiscais e trabalhistas, seguros bem como quaisquer outros custos inerentes aos serviços, **observando-se o preço máximo estabelecido no Termo de Referência (ANEXO ÚNICO) deste Edital;**

4.1.3 - a marca e o fabricante do produto cotado;

4.1.3.1 - a marca e o fabricante deverão estar impressos na embalagem ou no produto, conforme o caso;

4.1.3.2 - no ato da entrega, **caso algum desses materiais possua prazo de validade**, deverá possuir, **no mínimo, 80% (oitenta por cento)** do prazo de validade original estabelecido pelo fabricante;

4.1.3.3 - o material deverá ser novo, de primeiro uso, não sendo, em hipótese alguma, permitida a oferta de equipamentos resultantes de processo de recondiçãoamento e/ou remanufaturamento;

4.1.3.4 - a procedência, validade e lote (ou data) de fabricação deverão constar na embalagem ou corpo do produto, conforme o caso;

4.1.4 - **para os itens 5 e 6, itens 16 a 18, e itens 27 e 28, a indicação do catálogo/site do fabricante** em que conste o objeto com as especificações exigidas, para análise durante o certame pelas unidades técnicas neste TRE/PE;

4.1.4.1 - A licitante deverá descrever o caminho completo (passo a passo) para chegar especificamente ao objeto ofertado;

4.1.4.2 - É imprescindível que a licitante identifique, no site, qual produto está sendo ofertado, com a indicação de sua referência ou código, ficando estabelecido que, na falta dessa informação, o produto não será analisado;

4.1.4.3 - Caso a indicação do site seja insuficiente para a análise, a CPL (Comissão Permanente de Licitação), através de diligência, poderá solicitar as informações complementares ou **a apresentação de amostra** a fim de comprovar o atendimento às especificações do Edital.

4.1.5 - declaração de atendimento ao(s) **Critério(s) de Sustentabilidade** indicados no **Termo de Referência (ANEXO I)** deste Edital, para fins de análise pelo setor demandante;

4.1.5.1 - o setor demandante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto ofertado ao exigido no instrumento convocatório quanto ao(s) **Critério(s) de Sustentabilidade** disposto(s) no **Termo de Referência (ANEXO Único)** deste Edital.

4.2 - A proposta terá **prazo de validade de 60 (sessenta) dias**, contado da data da abertura da sessão pública.

4.3 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão tidos como inclusos nos preços, e não serão considerados pleitos de acréscimos, a este ou a qualquer título.

4.4 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, do Termo de Referência (**ANEXO ÚNICO**), sejam omissas, apresentem irregularidades, ilegalidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4.5 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, envie a **proposta adequada ao último lance ofertado** após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5 - DA HABILITAÇÃO

5.1 - Para a comprovação da **regularidade jurídica, fiscal e trabalhista**, os Empresários ou Sociedades, com cadastramento e habilitação parcial regulares no SICAF, devem assinalar no campo próprio do sistema "PREGÃO ELETRÔNICO", através do sítio www.comprasnet.gov.br, a declaração de que não infringem a proibição do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 27, V, da Lei n.º 8.666/93), bem como, quando for o caso, de que se enquadram na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (art. 13, § 2º, do Decreto n.º 8.538/15).

5.1.1 - Caso a licitante pretenda fornecer o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz/filial) deverá apresentar, desde logo, o CNPJ desse estabelecimento para consulta "on-line" ao SICAF. Se o estabelecimento

não for cadastrado ou se encontrar irregular perante o SICAF, a licitante deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome deste estabelecimento.

5.2 - Caso a licitante não esteja em situação regular no Sicafe, deverá apresentar, sem prejuízo do disposto no **item anterior**, os seguintes documentos:

5.2.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, através de comprovante emitido via *Internet*, no endereço www.receita.fazenda.gov.br, no serviço de “Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral”. O número indicado neste documento deverá constar de todas as notas fiscais/faturas;

5.2.2 - prova de regularidade com as **Fazendas Federal e Estadual**, por meio de certidões negativas, ou equivalentes, na forma da lei, bem como prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.2.3 - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, que demonstre situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

5.2.4 - prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou equivalente, conforme exigência estabelecida pela Lei n.º 12.440/11, alterando o disposto no artigo 27, IV da Lei n.º 8.666/93.

5.3 - Na hipótese da ocorrência prevista no **item 5.2**, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos ali exigidos, mesmo que eles apresentem alguma restrição.

5.4 - Será admitida a comprovação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista através da *Internet*, por meio de consulta *on-line* efetuada pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.

5.5 - Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

6 - DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 - Os pedidos de **esclarecimento**, referentes ao processo licitatório, deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para os endereços eletrônicos cpl@tre-pe.jus.br / treclpe@gmail.com, ou para o fax n.º (81) 3194-9283/3194-9285.

6.1.1 - As mensagens enviadas e recebidas através do correio eletrônico podem ter arquivos anexados exclusivamente com as seguintes extensões: “.doc”, “.zip”, “.arj”, “.xls”, “.rar”, “.txt”, “.mdb”, “.gz”, “.sql”.

6.1.2 – Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis, responder aos **pedidos de esclarecimentos no prazo de até 2 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido.

6.2 - Até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** este Edital, pelos endereços eletrônicos cpl@tre-pe.jus.br / treclpe@gmail.com.

6.3 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis, decidir sobre a **impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis**, contado da data de **recebimento da impugnação**.

6.4 - Acolhida a impugnação, apenas será designada nova data para a realização do certame se houver mudança nas condições de formulação das propostas.

6.4.1 - **As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos** previstos no certame.

6.4.1.1 - **A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional** e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.4.1.2 - As **respostas** aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

6.5 - O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à sessão pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas recebidas em conformidade com o **item 4.1** e o objeto da licitação, e desclassificará as que não atendam às exigências deste Edital e seus Anexos sejam omissas, apresentem irregularidades, ilegalidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.5.1 - A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.6 - Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à etapa competitiva, ocasião em que as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, e serão imediatamente informadas de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.6.1 - Durante a etapa dos lances, não será possível a identificação dos participantes, nem dos autores de menores lances.

6.6.2 - As licitantes deverão, durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, atentar para as informações e recomendações efetuadas pelo Pregoeiro através de *chat*. Não serão cabíveis alegações posteriores de desconhecimento das referidas comunicações.

6.7 - Os lances serão ofertados pelo **PREÇO GLOBAL POR ITEM**, em moeda corrente nacional.

6.8 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, desde que observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras de aceitação deles.

6.8.1 -O **intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de 0,5% (meio por cento)**.

6.9 - **O licitante somente poderá oferecer lance** de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.10 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez minutos)** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

6.10.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o **item anterior**, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos **itens anteriores**, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.10.4 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.11 - Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas, **em tempo real**, sobre o valor do menor lance registrado, que, para efeito desta licitação, será aquele que apresentar **MENOR PREÇO**, segundo o critério de julgamento disposto no **Capítulo 8**, vedada a identificação de seu detentor.

6.11.1 - **Não serão aceitos dois ou mais lances iguais** e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.12 - No caso de **desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro**, no decorrer da etapa de envio de lances, se o sistema permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados, quando do restabelecimento da conexão com o Pregoeiro.

6.13 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública do Pregão Eletrônico será suspensa **e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro horas) da comunicação** expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para a divulgação.

6.14 - **Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.**

6.15 - Após a fase de lances, o sistema identificará e ordenará as licitantes pelo critério de **MENOR PREÇO**, disposto no **Capítulo 8**, entre as microempresas ou empresas de pequeno porte e as demais empresas.

6.15.1 - Para os fins deste Edital, configuram empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta não tenha sido oferecida por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.15.2 - Ocorrendo empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar nova proposta inferior àquela classificada, a princípio, em primeiro lugar no certame, no prazo máximo de **5 (cinco) minutos**, por item em situação de empate, sob pena de preclusão, controlados pelo sistema.

6.15.3 - Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, na hipótese do **subitem 6.15.2**, não apresente nova proposta inferior à proposta mais bem classificada, será convocada outra licitante por ordem de classificação, observando-se o disposto no **item 6.15** e seguintes, para exercício do mesmo direito.

6.16 - Na hipótese de não-contratação através das regras previstas nos **subitens 6.15.1 a 6.15.3**, será convocada a empresa que apresentou a proposta originalmente mais bem classificada.

6.16.1 - A **ordem de apresentação pelos licitantes** é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.16.1.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para **pessoa com deficiência ou para**

reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

d.1) para fins de comprovação do critério de desempate constante da alínea acima, **deve ser demonstrado o atendimento aos seguintes requisitos:**

d.1.1) que o licitante emprega pessoa com deficiência ou reabilitado do INSS, mediante apresentação da carteira de trabalho respectiva, na qual conste de forma clara o vínculo empregatício com a empresa, ou outro documento hábil que comprove o vínculo empregatício;

d.1.2) que o licitante emprega pessoa(s) nessa condição no percentual mínimo de 2%, pelo menos, do total de trabalhadores da empresa, através da apresentação da Relação de Empregados - RE emitida do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP), lista emitida pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) da Secretaria do Trabalho, do Ministério da Economia, atualizados, ou outro documento apto a demonstrar o quantitativo total de empregados da licitante;

d.1.3) que o(s) empregado(s) em questão comprovadamente é(são) pessoa(s) com deficiência ou reabilitado do INSS, conforme laudo médico atestando a deficiência ou a reabilitação, ou, ainda, outro documento hábil a comprovar tal condição do trabalhador.

d.1.4) **qualquer outro documento hábil** a comprovar tal condição do trabalhador.

6.16.1.2 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.17 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, **para que seja obtida melhor proposta**. Em seguida, fará o julgamento.

6.17.1 - Não será admitido negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.18 - Quando, na aceitação da proposta, houver negociação de valor, o Pregoeiro deverá registrar o **NOVO PREÇO**, segundo o critério de julgamento disposto no **Capítulo 8**, no sistema.

6.19 - Após a análise e aceitação da proposta, inclusive quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante classificada em primeiro lugar.

6.19.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da licitante que detenha a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a sessão pública do Pregão Eletrônico será suspensa, a fim de que sejam observadas as disposições contidas no **item 6.25**.

6.19.2 - No ato da suspensão da sessão pública do Pregão Eletrônico será informada a data e o horário do seu reinício, sem que haja qualquer outra comunicação.

6.20 - As empresas classificadas devem acompanhar todas as sessões, para o caso de virem a ser convocadas para as fases de aceitação de proposta e de habilitação, sob pena de desclassificação.

6.21 - Constatada a hipótese do **item 6.16**, e se a licitante classificada em primeiro lugar não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro convocará a licitante da proposta de segundo menor valor, segundo o critério do **MENOR PREÇO** disposto no **Capítulo 8**, e verificará sua habilitação conforme as disposições deste Edital, e assim sucessivamente, até que uma das licitantes atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório, observada a regra relativa à remessa de documentos ao Pregoeiro disposta no capítulo da Habilitação.

6.22 - Na situação prevista no **item anterior**, o Pregoeiro poderá negociar, na forma do **item 6.17**.

6.23 - Será declarada vencedora a licitante que apresentar a proposta **com o MENOR PREÇO**, segundo o critério de julgamento disposto no **Capítulo 8**, e atender as exigências fixadas neste Edital, sendo-lhe adjudicado o objeto deste certame, pelo Pregoeiro.

6.23.1 - **O(s) preço(s) máximo(s) admitido(s) para o objeto do presente certame é(são) o(s) constante(s) do Termo de Referência (ANEXO ÚNICO) deste Edital.**

6.24 - Caso exista alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado a partir da divulgação **do resultado da fase de habilitação**, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.24.1 - A prorrogação do prazo estabelecido poderá ser concedida, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

6.24.2 - A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração, na forma do **item 6.21**, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

6.25 - Da sessão pública será lavrada ata, assinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio.

7 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 - Todo o procedimento recursal será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

7.1.1 - A motivação de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e a pretensão da licitante.

7.1.2 - A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão pública, imediatamente após a declaração da vencedora.

7.1.3 - Manifestado o propósito de recorrer, será concedido à licitante o prazo de **3 (três) dias** para apresentação de suas razões. As demais licitantes serão, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.1.4 - Será assegurado às licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses ou acesso ao inteiro teor das razões, contrarrazões e apreciação dos recursos, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.

7.2 - A **ausência de manifestação imediata e motivada** da licitante, na sessão pública, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora.

7.3 - O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

7.4 - As razões e as contrarrazões serão dirigidas ao Presidente deste Tribunal, por intermédio do Pregoeiro, o qual, em **3 (três) dias**, poderá rever sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.

7.5 - Julgado procedente o recurso, serão considerados inválidos **apenas os atos que não podem ser aproveitados**.

7.6 - A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que trata o **item 6.25**.

8 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 - O critério de julgamento desta licitação será o de **MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM**, em conformidade com os valores ofertados no mercado.

8.1.1 - O objeto do Edital será adjudicado à licitante cuja proposta for declarada vencedora.

8.2 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente deste Tribunal homologará a licitação. A adjudicatária será convocada para recebimento da nota de empenho, no prazo de **1 (um) dia útil** a contar da data em que receber a comunicação.

8.2.1 - O prazo de que trata o presente item poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora e desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

8.3 - Se a licitante vencedora **não apresentar situação regular no ato da emissão da nota de empenho**, será convocada outra licitante para fazê-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos **itens 6.15 a 6.25**.

8.4 - Se a licitante vencedora recusar-se a receber a Nota de Empenho, será aplicada a regra do **item 8.3**, sem prejuízo do disposto no **Capítulo 10** deste Edital.

8.5 - A licitante vencedora, se for optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples), deverá, quando da emissão da nota de empenho, apresentar ao TRE/PE, em 2 (duas) vias, declaração - firmada por representante ou procurador da empresa, conforme o caso, nos moldes do Anexo IV, da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/12 (arts. 4º e 6º), alterada pela Instrução Normativa SRF n.º 1.540/15, ambas emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8.5.1 - O TRE/PE anexará a 1ª (primeira) via da declaração citada ao processo ou à documentação que deu origem ao pagamento, para fins de comprovação junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), devendo a 2ª (segunda) via ser devolvida ao interessado como recibo.

8.5.2 - A declaração de que trata este item poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pelo TRE/PE conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

8.5.3 - Alternativamente à declaração supramencionada, o TRE/PE poderá verificar a permanência da licitante vencedora no Simples Nacional mediante consulta ao Portal do Simples Nacional e anexar cópia da consulta ao processo ou documentação que deu origem ao pagamento, sem prejuízo de a licitante vencedora informar imediatamente ao TRE/PE qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional.

9 - DO PAGAMENTO

9.1 - Pela perfeita e fiel entrega do objeto licitado, o TRE/PE efetuará o pagamento do preço proposto pela licitante vencedora, mediante ordem bancária creditada em conta-

corrente, agência e banco indicados, em até **5 (cinco) dias úteis**, na hipótese de o valor da nota fiscal/fatura ser de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), e em até **10 (dez) dias úteis**, para valores superiores, contado da data do atesto pelo TRE/PE na nota fiscal/fatura, desde que não haja fato impeditivo provocado pela licitante vencedora.

9.1.1 - A Secretaria de Orçamento e Finanças deverá conferir toda a documentação referente à comprovação da quitação das obrigações impostas à licitante vencedora, bem como efetuar, na fonte, todos os descontos legais.

9.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante da nota fiscal/fatura, deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (**item 5.2.1** deste Edital).

9.2.1 - Eventual mudança no CNPJ do estabelecimento da licitante vencedora (matriz/filial) encarregada do fornecimento do objeto da contratação, **entre aqueles constantes dos documentos de habilitação**, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de **8 (oito) dias úteis**, da data prevista para pagamento da nota fiscal.

9.3 - Antes de cada pagamento à licitante vencedora, será realizada consulta ao SICAF para verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. Constatada a irregularidade, a gestão contratual notificará a licitante vencedora para proceder à regularização, sob pena de instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade/rescisão do contrato, por descumprimento contratual.

9.4 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a **taxa de compensação financeira** devida pelo TRE/PE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10 - DAS PENALIDADES

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/02, a licitante/adjudicatária que:

a) não aceitar/retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) apresentar documentação falsa;

c) **não entregar** os documentos exigidos no certame;

d) **causar atraso na execução** do objeto;

e) não mantiver a proposta;

- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

g.1) considera-se comportamento inidôneo, entre outros:

g.1.1) a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

g.1.2) atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

g.1.3) possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos moldes da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

g.1.4) ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n.ºs 29 e 105.

10.1.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, a licitante vencedora que:

a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução da contratação;

d) comportar-se de modo inidôneo;

e) cometer fraude fiscal;

f) não mantiver a proposta.

10.2 - A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no item anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o TRE/PE;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;

c) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, dobrável na reincidência até 2% (dois por cento), respeitado o limite total de 20% (vinte por cento);

d) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/PE, **pelo prazo de até dois anos;**

f) impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF, **pelo prazo de até cinco anos;**

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o TRE/PE pelos prejuízos causados.

10.2.1 - Também ficam sujeitas às penalidades do **art. 87**, III e IV da Lei nº 8.666/93, as empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.3 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

10.4 - As **sanções serão** obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante vencedora, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784/99.

10.6 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - A despesa decorrente da execução do objeto do presente certame está vinculada à Classificação:

Ação	Esfera	Fonte	Natureza da despesa/Subelemento da despesa	Plano Interno
084609 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado de Pernambuco	1	0100	3390.30.19- Material de consumo/Material de acondicionamento e embalagem	ADM MATEXP
107671 - Pleitos Eleitorais	1	0100		FUN MATEXP
084609 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado de Pernambuco	1	0100	3390.30.21 -Material de consumo/ material de copa e cozinha	ADM MATAUX
			3390.30.22 - Material de consumo/ material de limpeza e higienização	
			3390.30.23 - Material de consumo/ uniformes, tecidos e aviamentos	
			3390.30.24 -Material de consumo/ material de para manutenção de bens imóveis e instalações	ADM MATMAN
			3390.30.25 - Material de consumo/ material para manutenção de bens móveis	

			3390.30.28 - Material de consumo/ material de proteção e segurança	
			3390.30.42 - Material de consumo/ ferramentas	
			3390.30.44 - Material de consumo/ material de sinalização visual	

12 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 – As condições da entrega e do recebimento do objeto constam do Termo de Referência (**ANEXO ÚNICO**).

13 - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) LICITANTE(S) VENCEDORA(S) E DO TRE/PE

13.1 – As obrigações da licitante vencedora e do TRE/PE são as estabelecidas no Termo de Referência (**ANEXO ÚNICO**).

14 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

14.1 - Visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais que contribuam para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei n.º 8.666/93, bem como no Acórdão n.º 1056/2017 – Plenário do TCU; na Resolução n.º 201/2015 do CNJ e na Resolução n.º 23.474/2016 do TSE, será(ão) exigido(s) como critério(s) de sustentabilidade o que se segue, **além daqueles indicados no Termo de Referência (ANEXO ÚNICO)**, o que se segue:

14.1.1 - não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

14.1.2 - não ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n.ºs 29 e 105;

14.1.3 - priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, nos termos dos incisos II e IV do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012;

14.1.4 - obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes;

14.1.5 - fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução de serviços e fiscalizar seu uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora n.º 6 do MTE;

14.2 - A licitante vencedora deverá apresentar, nos termos previstos nas obrigações da licitante vencedora (**ANEXO ÚNICO**), declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade previstos no presente capítulo.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Os referidos prazos só se iniciam e se vencem em dia de expediente no TRE/PE. Serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

15.2 - É facultada ao Pregoeiro ou ao Presidente do TRE/PE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

15.3 - O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da sessão pública deste Pregão Eletrônico, suspender os trabalhos, ocasião em que efetuará o registro dessa suspensão.

15.4 - A licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

15.5 - O Presidente deste Tribunal poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, **pertinente e suficiente para justificar a revogação**, e deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, **por meio de ato escrito e fundamentado**.

15.6 - A anulação do procedimento deste Edital, por motivo de ilegalidade, induzirá à da contratação, o que não obrigará o TRE/PE a indenizar a licitante vencedora, ressalvado o disposto no **item 15.8**.

15.7 - A declaração de nulidade da contratação, originada por este Edital, opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

15.8 - A nulidade não exonera o TRE/PE do dever de indenizar a licitante vencedora pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros danos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, e de apurar a responsabilidade de quem lhe deu causa.

15.9 - É vedada à adjudicatária a sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial) da contratação.

15.10 - A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE/PE, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (art. 2º, § 4º, da Resolução n.º 7 do CNJ, incluído pela Resolução n.º 229/16).

15.11 - Consoante o prescrito no art. 2.º, VI, da Resolução n.º 07, de 18/10/05, do Conselho Nacional de Justiça (incluído pela Resolução nº 229/16), fica vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente ao **Contratante**.

15.12 - A vedação constante do **item anterior** se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (art. 2º, § 3º, da Resolução n.º 7/05 do CNJ, incluído pela Resolução nº 229/16).

15.13 - Informações complementares sobre a presente licitação poderão ser obtidas pelo telefone e fax nºs (81) 3194-9283, 3194-9285 ou pelos e-mails cpl@tre-pe.jus.br / trecplpe@gmail.com.

15.14 – Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO ÚNICO - Termo de Referência

Recife, 11 de fevereiro de 2020.

Aurora Capela Gomes

Assessoria de Editais e Contratos
Assessora-Chefe



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

ANEXO ÚNICO

EDITAL DO PREGÃO N.º 04/20 – ELETRÔNICO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO – CARACTERÍSTICAS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

Item	Unidade	Material	Cód. BR (CATMAT)	Qtd.
Acondicionamento e Embalagem (ND 30.19)				
01	Rolo	Filho plástico para embalagem , grafite, rolo com aproximadamente 1 Kg (1.000g) e 1.000m. Marca e validade impressas no corpo do material ou na embalagem, conforme o caso	BR0304409/0016 SUSTENTÁVEL: NÃO - FITILHO, 1.000 G, PLÁSTICO	50
02	Bobina	Plástico Bolha Simples (Polibolha) , Material Plástico, Largura 1,30 M, Comprimento 100 M, Apresentação Bobina	BR0220986/0003 SUSTENTÁVEL: NÃO - PLÁSTICO BOLHA, PLÁSTICO, 1,30 M, 100 M, BOBINA	2
03	Milheiro	Saco em polietileno , transparente, virgem (sem impressão) com 0,08mm de espessura, medindo: 13 cm de largura x 27 cm de comprimento, aproximadamente	BR0320225/0252 SUSTENTÁVEL: NÃO - SACO, POLIETILENO VIRGEM, ACONDICIONA MENTO DE OBJETOS VARIADOS, INCOLOR, 27 CM, 13 CM, 0,08 MM, TRANSPARENTE	3
Material de Copa e Cozinha (ND 30.21)				
04	Unid	Suporte vertical para toalha de papel em rolo , aramado, aço cromado, uso em mesa, medindo aproximadamente 31 cm (altura) x 15 cm (largura) x 14 cm (comprimento).	BR0150401/0002 SUSTENTÁVEL: NÃO - SUPORTE PORTA- PAPEL, SUPORTE PORTA-PAPEL	50
05	Unid	Coador de café , em tecido, para cafeteira comercial Monarcha de 10 litros, com 18cm de diâmetro, com aro e com cabo de madeira. Obs.: O aro já deve estar acoplado ao coador, numa peça única.	BR0068446/0001 SUSTENTÁVEL: NÃO – COADOR CAFÉ, COADOR DE TECIDO PARA CAFÉ	9

06	Unid	Colher em aço inox para arroz , medindo entre 30,5cm (tamanho mínimo) a 40cm (tamanho máximo).	BR0240321/0007 SUSTENTÁVEL: NÃO - COLHER MESA AÇO INOXIDÁVEL	5
Material de Limpeza e Higienização (ND 30.22)				
07	Frasco	Álcool para limpeza 46° - Álcool Etílico Hidratado, Indicado para limpeza de superfícies em geral. Frasco com 500 ml. Marca, validade e procedência impressas na embalagem.	BR0429961/0055 SUSTENTÁVEL: NÃO - ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES, HIDRATADO, PRODUTO LIMPEZA DOMÉSTICA, INCOLOR, 46°INPM	150
08	Unid	Antimofo granulado , (desumidificador), neutro, natural, antiumidade, à base de sal higroscópico, (cloreto de cálcio), que absorve os vapores d'água presentes no ar, retendo-os em seu recipiente; embalagem com aproximadamente 80g; para ser utilizado em armários, gavetas, etc. Marca, validade e procedência impressas na embalagem.	398736 - Desumidificador, características adicionais: químico, granulado, neutro, material: a base de sal higroscópico	100
09	Unid	Balde plástico de uso doméstico , corpo em polipropileno; alça em metal; aro redondo; Cores: sortidas; Medidas aproximadas: 30,0 cm de altura x 28,0 cm de diâmetro; Capacidade 15 L.	BR0216085/0010 SUSTENTÁVEL: NÃO - BALDE, PLÁSTICO, GRANDE, ARAME GALVANIZADO, 15 L, NATURAL, NÃO APLICÁVEL	50
10	Unid	Capacho com superfície em nylon torcido base antiderrapante de PVC, sem emendas, medindo, aproximadamente 40cm x 60cm; especial para utilização em portas de acesso internas e ambientes úmidos. Cor: grafite, verde-musgo ou castanho. (não personalizado).	BR0027634/0001 SUSTENTÁVEL: NÃO - CAPACHO, CAPACHO - FIBRA SINTÉTICA	50
11	Unid	Toalha de rosto/mão em tecido felpudo, 100% algodão, branca, medindo aproximadamente 40cm x 60 cm. Marca e procedência impressas na etiqueta do produto.	BR0290966/0031 SUSTENTÁVEL: NÃO - TOALHA ROSTO, 100%ALGODÃO, BRANCA, 60 CM, 40 CM	100
12	Unid	Rodo com Cabo de Madeira - Rodo vai e vem para chão, cepa de borracha dupla flexível, com no mínimo 40cm de largura e 3cm de altura, suporte plástico rígido, cabo de madeira com aproximadamente 1,20m, com a marca, procedência e	BR0030228/0001 SUSTENTÁVEL: NÃO - RODO, RODO	50

		fabricante indicados no produto.		
13	Unid	Vassoura em Cerdas de Nylon - Vassoura com cerdas de nylon de, aproximadamente, 10 cm de comprimento, com no mínimo 62 tufos, com 25 fios por tufo, plumadas, base em polipropileno, roscável, com cabo de aproximadamente 1,20 m em chapa metálica, revestida em polipropileno, com a marca, procedência e fabricante indicados no produto.	BR0406214/0085 SUSTENTÁVEL: NÃO - VASSOURA, NÁILON, POLIPROPILENO, 25 CM, COM PONTEIRA ALÇA, CABO ROSQUEADO DE 1,20M	50
Material de Uniformes, Tecidos e Aviamentos (ND 30.23)				
14	Rolo	Corda em polipropileno para mastro externo, com espessura de 6 mm, para hasteamento de bandeira. Cor: Branca. Rolo com 100 metros. (adriça - corda para Bandeira).	BR0353571/0093 SUSTENTÁVEL: NÃO - CORDA, POLIPROPILENO, TRANÇADA, 6 MM, 396 KGF, BRANCA, RESISTENTE AO ATRITO	1
15	Unid	Cordão para Crachá - Personalizado Justiça Eleitoral: confeccionado em cetim/cordão digital ; Medidas 10mm x 85cm, Cor do cordão: Azul Escuro, Impressão Digital conforme modelo em anexo, acompanha argolinha com Terminal Jacaré.	BR0312825/0039 SUSTENTÁVEL: NÃO - PRENDEDOR DE CRACHÁ, POLIÉSTER, VERDE ESCURO, 45 CM, CORDÃO, VERDE CLARO, COM GRAVAÇÃO DO NOME DO ÓRGÃO	500
Material Para Manutenção de Bens Imoveis/Instalações (ND 30.24)				
16	Unid	Mangueira flex em PVC , 3/4", com 100m, trançada e com proteção ante UV.	229193 - Mangueira jardim, material: pvc-traçado em náilon, diâmetro: 3,4 pol, espessura: 2 mm, pressão máxima: 6 bar., comprimento: 200 m, cor: verde, características adicionais: não aplicável e interme	1
Material Para Manutenção de Bens Moveis (ND 30.25)				
17	Unid	Rodas de borracha com núcleo em chapa de aço zincado com diâmetro de roda de 5" - 127 mm, Largura da roda: 35,0 mm, Diâmetro do eixo da roda.: 15,0 mm, Capacidade de carga do rodízio: 200 kg, Cor da roda: Preta.	234109 - Roda carro transporte material, material: chapa metálica estampada, características adicionais: com rolamento, aro pneu,	6

			câmara: 8 pol	
18	Unid	Pneus 4.10/3.50 aro 8 para carrinho de mão e vertical, com câmara de ar inclusa, Dimensões: Altura: 36 cm; Diâmetro aro: 20 cm (8"), Largura: 09 cm, capacidade de 340Kg.	BR0348492/0007 SUSTENTÁVEL: NÃO - PNEU CARRINHO MÃO, BORRACHA, ARO 3,2X 8, COM CÂMARA	16
Material de Proteção e Segurança (ND 30.28)				
19	Unid	Cadeado com trava, nº 40 , em latão maciço amarelo, alça em aço inoxidável, com 02 chaves.	BR0298375/0044 SUSTENTÁVEL: NÃO - CADEADO, LATÃO MACIÇO, AÇO INOXIDÁVEL, AMARELA, 30 MM, 40 MM, 30 MM, Nº 40	20
20	Unid	Cadeado com trava, nº 45 , em latão maciço amarelo, alça em aço inoxidável, com 02 chaves.	BR0319762/0049 SUSTENTÁVEL: NÃO - CADEADO, LATÃO MACIÇO, AÇO INOXIDÁVEL , AMARELA, Nº 45, COM TRAVA, 2 UN	40
21	Unid	Cadeado com trava, nº 50 , em latão maciço amarelo, alça em aço inoxidável, com 02 chaves.	BR0298374/0043 SUSTENTÁVEL: NÃO - CADEADO, LATÃO MACIÇO, AÇO INOXIDÁVEL, AMARELA, 40 MM, 50 MM, 40 MM, Nº 50	20
22	Rolo	Lona plástica confeccionada com material reciclado, em polietileno de 200 micras, preta, com 8 metros de largura, bobina com 100 metros. Para cobertura e proteção.	BR0356100/0068 SUSTENTÁVEL: NÃO - LONA PLÁSTICA, 200 MICRA, 8 M, 100 M, PRETA	4
23	Par	Luva de segurança, em látex 100% natural , com resina nitrílica, forrada com algodão, revestida internamente com verniz silver e com palma antiderrapante. Tamanho G.	BR0150196/0063 SUSTENTÁVEL: NÃO - LUA SEGURANÇA, LUVASEGURANÇA	150
24	Par	Luva de segurança, em látex 100% natural , com resina nitrílica, forrada com algodão, revestida internamente com verniz silver e com palma antiderrapante. Tamanho M	BR0150196/0063 SUSTENTÁVEL: NÃO - LUA SEGURANÇA, LUVASEGURANÇA	100
25	Unida de	Cadeado com trava, nº 20 , em latão maciço amarelo, alça em aço inoxidável, com 02 chaves.	290095 - Cadeado, material: latão maciço	50
26	Unida	Cadeado com trava, nº 35 , em latão	BR0312856/0047	50

	de	maciço amarelo, alça em aço inoxidável, com 02 chaves.	SUSTENTÁVEL: NÃO - CADEADO, LATÃO MACIÇO, AÇO INOXIDÁVEL	
Ferramentas (ND 30.42)				
27	Unid	Chibanca com cabo de madeira, de 90cm, em aço-carbono temperado e acabamento com bucha plástica.	BR0376821/0004 SUSTENTÁVEL: NÃO - CHIBANCA, AÇO CARBONO, AÇO CARBONO, MADEIRA, 20 CM, 100 CM, CONSTRUÇÃO CIVIL	1
28	Unid	Jogo de ferramentas para jardim , com 03 peças (02 pás, sendo 01 larga e 01 estreita, e 01 ancinho de 03 dentes) em aço inox e Cabo de madeira.	BR0070459/0001 SUSTENTÁVEL: NÃO - JOGO DE FERRAMENTA, JOGO DE FERRAMENTA	2
Material de Sinalização Visual (ND 30.44)				
29	Unid	Etiqueta para identificação de chaves , em plástico flexível, visor plástico para proteção e visualização da escrita, formato retangular, medindo aproximadamente: 5 cm x 3 cm, tipo chaveiro. Apresentação: pacote com 60 unidades.	10294 -SUSTENTÁVEL: NÃO - Chaveiro- chaveiro.	7
30	Rolo	Fita de Sinalização , confeccionada em plástico, utilizada para isolamento de área, tipo zebra, nas cores amarelo/preto. Rolo com 200 metros.	BR0353764/0013 SUSTENTÁVEL: NÃO - Fita sinalização, plástico, 200 M, 7 cm, preta e amarela.	10

1.1 - Caso haja qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, **prevalecerá a descrição constante no Edital.**

1.2 - Será exigida da empresa fornecedora a apresentação de Nota Fiscal Eletrônica para o fornecimento do material, se for o caso, visando atender à Cláusula Segunda, inciso I do Protocolo ICMS 42, de 03/07/2009, alterado pelo Protocolo ICMS 85, de 09/07/2010.

2. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- A(s) licitante(s) vencedora(s) terá(ão) **01 (um) dia útil** para confirmar o recebimento da nota de empenho através dos fax nºs 81- 3194-9337 - 3194-9333 - 3194.9334 - 3194.9336 - 3194.9338 - e-mail: secom@tre-pe.jus.br;

- No caso da inexistência da confirmação exigida, será emitida certidão por servidor do setor solicitante, registrando a data do recebimento da nota de empenho pela beneficiária;

- O material deverá se entregue na Seção de Almoxarifado deste TRE/PE, localizada na Av. Rui Barbosa, 320, Graças, Recife/PE, **de segunda a sexta das 8:00 às 14:00h**, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, a contar da confirmação do recebimento da nota de empenho;

- No ato da entrega, os materiais que apresentarem prazo de validade, deverão possuir, prazo de validade de no mínimo **80% (oitenta por cento)** do prazo original estabelecido pelo fabricante;

- Em hipótese alguma, será aceito material em desacordo com a descrição constante do Edital ou da nota de empenho, com defeito de fabricação, avarias, manchas ou falhas, que esteja divergente do catálogo/site ou prova aprovados (quando for o caso) ou fora da data de validade exigida (quando for o caso), ficando a empresa obrigada a recolhê-lo e substituí-lo no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, sem qualquer ônus para o TRE/PE.

- Para o **item 15 (Cordão para Crachá - Personalizado Justiça Eleitoral)** haverá a **necessidade da licitante vencedora providenciar uma PROVA DO MATERIAL**, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, para análise da Seção de Compras, antes da confecção e entrega do material final.

- Caso a prova seja devolvida pela Seção de Compras para qualquer alteração, a empresa deverá reenviá-la, com as correções solicitadas, para nova análise, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis** a contar da solicitação à empresa pelo TRE/PE das alterações a serem feitas, sem nenhum custo para este TRE/PE;

- O licitante vencedor terá, no máximo, **01 (uma) oportunidade** para corrigir e reenviar nova prova, a contar da solicitação das correções a serem feitas;

- As provas deverão ser entregues na Seção de Compras do TRE situada na Av. Rui Barbosa, nº 320, Graças, Recife/PE, CEP 52.011-040, pessoalmente ou via SEDEX, com despesa por conta da empresa vencedora;

- No ato da entrega do material, a empresa deverá apresentar a prova em que foi autorizada a confecção do mesmo.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA(S) LICITANTE(S) VENCEDORA(S)

3.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora a entrega do objeto a ela adjudicado, de acordo com as especificações estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência (**ANEXO ÚNICO**), bem como as oferecidas em sua proposta.

3.2 - Constituirão ainda obrigações da(s) licitante(s) vencedora(s):

3.2.1 – entregar o material conforme prazos e condições constantes deste Termo de Referência;

3.2.2 - recolher e substituir, **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, o material diferente do material que foi cotado e/ou esteja em desacordo com a descrição constante do Edital ou da nota de empenho, com defeito de fabricação, avarias, manchas ou falhas, que esteja divergente do catálogo/site ou prova aprovados (quando for o caso) ou fora da data de validade exigida (quando for o caso), sem qualquer ônus para o TRE/PE;

3.2.3 - manter, durante toda a execução do objeto licitado, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ela, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei n.º 8.666/93;

3.2.4 - comunicar ao TRE/PE qualquer modificação em seu endereço, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço apresentado durante o Pregão;

3.2.5 - **apresentar declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade** previstos no Capítulo - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE do Edital, para fins de análise pelo setor demandante, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado a partir da confirmação do recebimento da nota de empenho;

3.2.5.1 - O setor demandante poderá realizar diligências para verificar a adequação do objeto ofertado ao exigido no instrumento convocatório em relação ao disposto no capítulo dos Critérios de Sustentabilidade;

3.2.6 - manter as condições de sustentabilidade exigidas para o certame durante toda a execução do objeto;

3.2.7 - informar ao TRE/PE qualquer mudança na situação jurídica de optante do SIMPLES, na forma da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/12, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, se for o caso.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO TRE/PE

4.1 - Serão de responsabilidade do TRE/PE:

4.1.1 – receber e conferir o material;

4.1.2 - atestar a nota fiscal/fatura e efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados neste instrumento, desde que não haja nenhum fato impedimento legal para o fato;

4.1.3 - arcar com as despesas de publicação do extrato da nota de empenho no Diário Oficial da União, que será providenciada pela Administração até o 5º (quinto) dia útil ao mês subsequente ao de sua emissão, para ocorrer no prazo de **20 (vinte) dias** daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93;

4.1.4 - acompanhar e fiscalizar a entrega do material, por meio de servidor(es) do TRE/PE, especialmente designado(s) pela Administração, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, exigindo seu fiel e total cumprimento;

5. PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS

O(s) preço(s) máximo(s) admitido(s) para o(s) item(ns) são os constantes da tabela abaixo:

Item	Unidade	Material	Qtd.	Preço Unitário Máximo Admitido (R\$)	Preço Global Máximo Admitido (R\$)
Acondicionamento e Embalagem (ND 30.19)					
01	Rolo	Filho plástico para embalagem, grafite, rolo com, aproximadamente, 1 Kg (1.000g) e 1.000m. Marca e validade impressas no corpo do material ou na embalagem, conforme o caso	50	R\$ 9,08	R\$ 454,00
02	Bobina	Plástico Bolha Simples (Polibolha), Material Plástico, Largura 1,30 M, Comprimento 100 M, Apresentação Bobina	2	R\$ 88,31	R\$ 176,62
03	Milheiro	Saco em polietileno, transparente, virgem (sem impressão) com 0,08mm de espessura, medindo: 13 cm de	3	R\$ 81,68	R\$ 245,04

		largura x 27 cm de comprimento, aproximadamente			
Material de Copa e Cozinha (ND 30.21)					
04	Unid	Suporte vertical para toalha de papel em rolo , aramado, aço cromado, uso em mesa, medindo aproximadamente 31 cm (altura) x 15 cm (largura) x 14 cm (comprimento).	50	R\$ 23,56	R\$ 1.178,00
05	Unid	Coador de café , em tecido, para cafeteira comercial Monarcha de 10 litros, com 18cm de diâmetro, com aro e com cabo de madeira. Obs.: O aro já deve estar acoplado ao coador, numa peça única.	9	R\$ 25,19	R\$ 226,71
06	Unid	Colher em aço inox para arroz , medindo entre 30,5cm (tamanho mínimo) a 40cm (tamanho máximo).	5	R\$ 16,15	R\$ 80,75
Material de Limpeza e Higienização (ND 30.22)					
07	Frasco	Álcool para limpeza 46° - Álcool Etilico Hidratado, Indicado para limpeza de superfícies em geral. Frasco com 500 ml. Marca, validade e procedência impressas na embalagem.	150	R\$ 3,15	R\$ 472,50
08	Unid	Antimofo granulado , (desumidificador), neutro, natural, antiumidade, à base de sal higroscópico, (cloreto de cálcio), que absorve os vapores d'água presentes no ar, retendo-os em seu recipiente; embalagem com aproximadamente 80g; para ser utilizado em armários, gavetas, etc. Marca, validade e procedência impressas na embalagem.	100	R\$ 4,95	R\$ 495,00
09	Unid	Balde plástico de uso doméstico , corpo em polipropileno; alça em metal; aro redondo; Cores: sortidas; Medidas aproximadas: 30,0 cm de altura x 28,0 cm de diâmetro; Capacidade 15 L.	50	R\$ 6,38	R\$ 319,00
10	Unid	Capacho com superfície em nylon torcido base antiderrapante de PVC, sem emendas, medindo, aproximadamente 40cm x 60cm;	50	R\$ 29,28	R\$ 1.464,00

		especial para utilização em portas de acesso internas e ambientes úmidos. Cor: grafite, verde-musgo ou castanho. (não personalizado).			
11	Unid	Toalha de rosto/mão em tecido felpudo, 100% algodão, branca, medindo aproximadamente 40cm x 60 cm. Marca e procedência impressas na etiqueta do produto.	100	R\$ 6,00	R\$ 600,00
12	Unid	Rodo com Cabo de Madeira - Rodo vai e vem para chão, cepa de borracha dupla flexível, com no mínimo 40cm de largura e 3cm de altura, suporte plástico rígido, cabo de madeira com aproximadamente 1,20m, com a marca, procedência e fabricante indicados no produto.	50	R\$ 4,62	R\$ 231,00
13	Unid	Vassoura em Cerdas de Nylon - Vassoura com cerdas de nylon de aproximadamente 10 cm de comprimento, com no mínimo 62 tufos, com 25 fios por tufo, plumadas, base em polipropileno, roscável, com cabo de aproximadamente 1,20 m em chapa metálica, revestida em polipropileno, com a marca, procedência e fabricante indicados no produto.	50	R\$ 5,89	R\$ 294,50
Material de Uniformes, Tecidos e Aviamentos (ND 30.23)					
14	Rolo	Corda em polipropileno para mastro externo, com espessura de 6 mm, para hasteamento de bandeira. Cor: Branca. Rolo com 100 metros. (adriça - corda para Bandeira).	1	R\$ 234,93	R\$ 234,93
15	Unid	Cordão para Crachá - Personalizado Justiça Eleitoral: confeccionado em cetim/cordão digital ; Medidas 10mm x 85cm, Cor do cordão: Azul Escuro, Impressão Digital conforme modelo em anexo, acompanha argolinha com Terminal Jacaré.	500	R\$ 3,32	R\$ 1.660,00
Material Para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações (ND 30.24)					
16	Unid	Mangueira flex em PVC, 3/4", com 100 m, trançada e com proteção ante UV.	1	R\$ 441,50	R\$ 441,50
Material Para Manutenção de Bens Moveis (ND 30.25)					

17	Unid	Rodas de borracha com núcleo em chapa de aço zincado com diâmetro de roda de 5" - 127 mm, Largura da roda: 35,0 mm, Diâmetro do eixo da roda.: 15,0 mm, Capacidade de carga do rodízio: 200 kg, Cor da roda: Preta.	6	R\$ 38,61	R\$ 231,66
18	Unid	Pneus 4.10/3.50 aro 8 para carrinho de mão e vertical, com câmara de ar inclusa, Dimensões: Altura: 36 cm; Diâmetro aro: 20 cm (8"), Largura: 09 cm, capacidade de 340Kg.	16	R\$ 29,08	R\$ 465,28
Material de Proteção e Segurança (ND 30.28)					
19	Unid	Cadeado com trava, nº 40 , em latão maciço amarelo, alça em aço inoxidável, com 02 chaves.	20	R\$ 21,80	R\$ 436,00
20	Unid	Cadeado com trava, nº 45 , em latão maciço amarelo, alça em aço inoxidável, com 02 chaves.	40	R\$ 22,17	R\$ 886,80
21	Unid	Cadeado com trava, nº 50 , em latão maciço amarelo, alça em aço inoxidável, com 02 chaves.	20	R\$ 30,23	R\$ 604,60
22	Rolo	Lona plástica confeccionada com material reciclado, em polietileno de 200 micras, preta, com 8 metros de largura, bobina com 100 metros. Para cobertura e proteção.	4	R\$ 1.112,48	R\$ 4.449,92
23	Par	Luva de segurança, em látex 100% natural , com resina nitrílica, forrada com algodão, revestida internamente com verniz silver e com palma antiderrapante. Tamanho G.	150	R\$ 9,78	R\$ 1.467,00
24	Par	Luva de segurança, em látex 100% natural , com resina nitrílica, forrada com algodão, revestida internamente com verniz silver e com palma antiderrapante. Tamanho M	100	R\$ 9,87	R\$ 987,00
25	Unidade	Cadeado com trava, nº 20 , em latão maciço amarelo, alça em aço inoxidável, com 02 chaves.	50	R\$ 10,67	R\$ 533,50
26	Unidade	Cadeado com trava, nº 35 , em latão maciço amarelo, alça em	50	R\$ 16,54	R\$ 827,00

		aço inoxidável, com 02 chaves.			
Ferramentas (ND 30.42)					
27	Unid	Chibanca com cabo de madeira, de 90 cm, em aço-carbono temperado e acabamento com bucha plástica.	1	R\$ 60,26	R\$ 60,26
28	Unid	Jogo de ferramentas para jardim , com 03 peças (02 pás, sendo 01 larga e 01 estreita e 01 ancinho de 03 dentes) em aço inox e Cabo de madeira.	2	R\$ 29,88	R\$ 59,76
Material de Sinalização Visual (ND 30.44)					
29	Unid	Etiqueta para identificação de chaves , em plástico flexível, visor plástico para proteção e visualização da escrita, formato retangular, medindo aproximadamente: 5 cm x 3 cm, tipo chaveiro. Apresentação: pacote com 60 unidades.	7	R\$ 51,96	R\$ 363,72
30	Rolo	Fita de Sinalização , confeccionada em plástico, utilizada para isolamento de área, tipo zebrada, nas cores amarelo/preto. Rolo com 200 metros.	10	R\$ 17,36	R\$ 173,60

6. MODELO REFERENTE AO ITEM 15 – CORDÃO PARA CRACHÁ



7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Será(ão) exigido(s) como critério(s) de sustentabilidade que os materiais a serem adquiridos, quando cabível:

GERAIS

- Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- Gerenciamento ambiental correto dos resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas e garantia de gestão adequada dos recursos naturais, promovendo a reciclagem para o uso e reaproveitamento das águas evitando o desperdício; a racionalização do consumo de energia e a correta destinação dos resíduos poluidores;
- Inserir nas embalagens, mensagens que possam multiplicar o processo de conscientização com o meio ambiente, de forma a educar e despertar o interesse pela conservação da natureza, promovendo assim o desenvolvimento econômico e social da região.
- Modo de produção sem utilização de trabalho escravo ou infantil; com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais;
- Sempre que possível e no que couber, deve ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, em observância a Lei nº 12.349/2010;
- Que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;
- Divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;
- As proponentes deverão ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas, inclusive quanto a observância do anexo I da Instrução Normativa (IBAMA) nº 06 de 15 de março de 2013 no caso de itens enquadrados como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, caso em que poderá ser solicitado certificado de sustentabilidade ambiental.
- As embalagens devem conter informações relativas às formas de descarte dos resíduos sólidos resultantes dos respectivos produtos.
- Caso os equipamentos estejam enquadrados na Diretiva RoHS Brasileira e em normas da ABNT, estes devem atender ao estabelecido em tais normas.
- No que couber, a contratada deverá cumprir o contido na Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.
- A destinação da(s) peça(s) e equipamento(s) a ser(em) substituído(s) deverá ser feita na forma prevista na Lei nº 12.305/2010, priorizando-se a hierarquia estabelecida nessa Lei: não geração, reaproveitamento, reciclagem, destinação final ambientalmente adequada. Caso haja acordo setorial para logística reversa dos componentes à indústria, esta deverá também ser uma obrigação da contratada, para garantia do retorno ao ciclo da indústria. Em qualquer circunstância, o destino deve ser comprovado mediante documentação da indústria/fabricante ou outro meio permitido.

SOCIAIS

- No que concerne aos direitos da pessoa com deficiência, a licitante vencedora deverá atender ao que estabelece as Leis nº 8.213/1991 e nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão).

ESPECÍFICOS

- **Embalagem:** os produtos deverão ser preferencialmente acondicionados em embalagem, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

- **Itens 06, 07, 16, 17, 18, 27 e 28:** o fornecedor deve ser obrigado a efetuar o recolhimento dos materiais, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, conforme artigo 33 da Lei nº 12.305, de 2010, artigos 13 a 32 do Decreto nº 7.404, de 2010 e legislação correlata.

- **Lona de polietileno - item 22:** deverá ser confeccionada com material reciclado.

8. PENALIDADES

Conforme disposto no Edital.